

MODELO DE DISPUTA ABERTO

PREGÃO ELETRÔNICO N: 45/2025

AMPLA CONCORRÊNCIA

REGIDO PELA LEI Nº 14.133 DE ABRIL DE 2021

O MUNICÍPIO DE IMBAÚ, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.613.770/0001-72, com sede na Rua Francisco Siqueira Kortz, 471, São Cristóvão, nesta cidade de Imbaú, Estado do Paraná, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público que realizará licitação, na modalidade de **PREGÃO**, tipo **Menor Preço- Por Item**, objetivando **Contratação de Serviços de Seguro Veicular**, a qual será regida pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, pelo Decreto Municipal nº 44, de 06 de fevereiro de 2024, e alterações posteriores, demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente licitação e pelas condições do presente Edital, a fim de escolher a melhor proposta do seguinte objeto.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: até as **09:00** horas do Dia **27 de Agosto de 2025**.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09:30 horas do Dia 27 de Agosto de 2025, horário de Brasília – DF.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, “Acesso Identificado”

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Licitações, em meio magnético, mediante entrega de uma unidade de Pen drive, de segunda a sexta feira, no horário de 08:00 às 12:00 e das 13:00 horas às 17:00 horas.

É necessário que ao fazer o download do edital, seja informado o Setor de Licitações, via e-mail – cmss.licitacao@imbau.pr.gov.br ou via telefone (42) 3127-9403/9404, a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias.

O Setor de Licitações não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital.

Quaisquer dúvidas contatar pelos telefones (42) 3127-9403/9404.

Compõem este Edital os Anexos:

- **ANEXO I –ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**
- **ANEXO II –TERMO DE REFERENCIA**
- **ANEXO III –MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**
- **ANEXO IV –TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL**
- **ANEXO V –TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA**
- **ANEXO VI – DECLARAÇÃO UNIFICADA**
- **ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO**

1 OBJETO

1.1 **OBJETO:** A presente licitação tem como objeto **Contratação de Serviços de Seguro Veicular**, para a Secretaria(s) Solicitante(s), com as características constantes do **ANEXO II** que integra o presente edital.

1.2 O valor máximo para este Pregão é **R\$ 68.281,46 (sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e um reais e quarenta e seis centavos).**

1.3 A presente licitação será realizada na modalidade de Pregão Eletrônico, de acordo com os Artigos 6º, inciso XLI; art. 28, inciso I e art. 29, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

1.4 A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

1.5 OBS.: Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no BLL e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.6 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone (42) 3127-9403/9404.

1.7 O critério de julgamento adotado será: **Menor Preço- Por Item**, nos termos do Art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133 de 2021, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto/itens conforme segue no Termo de Referência.

2 PARTICIPAÇÃO

2.1 PODERÃO PARTICIPAR DO PREGÃO, TODOS OS INTERESSADOS, INCLUSIVE OS ENQUADRADOS COMO MICRO, PEQUENA EMPRESA E MEI'S QUE ATENDEREM A TODAS AS EXIGÊNCIAS, INCLUSIVE QUANTO À DOCUMENTAÇÃO CONSTANTES DESTES EDITAL E SEUS

ANEXOS E, QUE **DETENHAM ATIVIDADE MINIMAMENTE PERTINENTE E COMPATÍVEL COM O SEU OBJETO.**

2.1.1 O interessado arcará com todo custo decorrente da elaboração e apresentação de sua proposta.

2.2 Será vedada a participação de empresas impedidas por força da lei, inclusive, as declaradas inidôneas, tão pouco empresas estrangeiras que não funcionam e/ou não estejam autorizadas a operar no país, bem como, não serão aceitos consórcios de empresas.

2.3 Não poderão participar da presente licitação as empresas interessadas que: estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Imbaú –PR; tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, se encontrem sob falência, com concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, bem como licitantes que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.4 **EDITAL PARA AMPLA CONCORRENCIA EM FACE DAS CARACTERISTICAS DO OBJETO, TENDO EM VISTA QUE NÃO EXISTE**, o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório

3 INSERÇÃO DE DOCUMENTOS:

3.1 As empresas interessadas em participar do pregão deverão anexar na página da BLL, em local próprio para documentos, toda a documentação de habilitação, constante na habilitação e indicado na página da BLL (Os documentos com prazo de validade deverão ser atualizados):

3.2 A documentação anexada evitará a necessidade de envio da mesma por e-mail, bem como trará agilidade na verificação de habilitação das empresas vencedoras.

3.3 **IMPORTANTE:** A AUSÊNCIA de documentos na BLL DESCLASSIFICARÁ o Licitante.

4 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

07.001.10.122.0008.2.058.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

07.001.10.301.0008.2.059.3.3.90.39.00.00. - 303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

08.001.08.122.0002.2.081.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

08.003.08.243.0005.2.032.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

08.004.08.244.0005.2.031.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

10.002.27.122.0009.2.069.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

11.001.04.122.0004.2.027.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

15.001.18.122.0011.2.073.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

17.002.04.122.0002.2.046.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

5 DO CREDENCIAMENTO

5.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

5.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

5.3 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

5.4 Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

5.5 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

5.6 O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

5.7 Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, com poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil;

5.8 Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil; e

5.9 Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante.

5.10 O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

5.11 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da DECLARAÇÃO UNIFICADA para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate, nos termos do Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

6 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1 O certame será conduzido pela Pregoeira Municipal, com o auxílio da equipe de apoio, que terá,

em especial, as seguintes atribuições: Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio; Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame; Abrir as propostas de preços; Analisar a aceitabilidade das propostas; Desclassificar propostas indicando os motivos; Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço; Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar; Declarar o vencedor; Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos; Elaborar a ata da sessão; Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação; Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

7 CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:

7.1 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de procuração, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

7.2 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.3 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.4 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

7.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.6 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

8 PARTICIPAÇÃO:

8.1 A participação no **Pregão na Forma Eletrônica** se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada a

data e horário limite estabelecido.

8.2 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

8.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.4 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

8.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.6 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida junto ao provedor do sistema adotado pelo comprador no fone (41) 3097 4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

9 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1 Valor unitário e total do item/grupo ou percentual de desconto, conforme estabelecido no edital;

10.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações mínimas à especificação do Termo de Referência: descrição do produto ofertado com a indicação precisa da marca, onde deverá contemplar no mínimo o exigido no Termo de Referência – Anexo II,

10.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5 O prazo de validade da proposta **NÃO SERÁ INFERIOR A 90 (NOVENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 2021; caso a licitação for de registro de preços, o prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 01 ano contados; a contagem se dará a partir da data da homologação do presente expediente, independente de menção expressa na proposta, salvo se esta ocorrer em prazo superior a 30 dias após a abertura das propostas, o que poderá ser reduzido equivalentemente.

10.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas **(Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário)**;

11 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2 O(a) pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

11.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.2.2 **SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA COM OS VALORES SUPERIORES AOS**

ESTABELECIDO PELO PRESENTE EDITAL.

11.2.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.2.4 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item/grupo, conforme consta no quadro do preâmbulo do edital.

11.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

12 MODOS DE DISPUTA – ABERTO, ABERTO E FECHADO (ART. 56 DA LEI Nº 14.133 DE 2021)

*** Modo de disputa “aberto” (quando esta opção estiver marcada na tabela do preâmbulo deste edital)**

12.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

12.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

12.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

12.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

12.6 No modo de disputa aberto, nos termos do Art. 60 da Lei nº 14.133 de 2021, o edital prevê intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos

lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

*** Modo de disputa “aberto e fechado” (quando esta opção estiver marcada na tabela do preâmbulo deste edital)**

12.7 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

12.8 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

12.9 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.10 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

12.12 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.13 Poderá o pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

12.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar ou de valor inferior ao já ofertado pelo licitante.

12.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

12.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

12.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

12.18 Em relação a itens/grupos não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores

da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e alterações.

12.19 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

12.20 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

12.21 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

12.22 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.23 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

12.24 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133 de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens fornecidos:

12.24.1 por empresas brasileiras;

12.24.2 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

12.24.3 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

12.25 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

12.26 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

12.27 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.28 O Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

13 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estimado para contratação, neste Edital e em seus anexos.

13.1.1 No presente processo o valor estimado/referência terá caráter sigiloso, nos termos dos §1º e §2º do art. 15 do Decreto nº 10.024/2019.

13.1.2 Os preços estimados pela administração será divulgado somente após a fase de lances.

13.2 **Será desclassificada a proposta com vício ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo estimado (Acórdão nº 1455/2018-TCU – Plenário) ou que apresentar preço manifestamente inexequível, conforme Art. 56 da Lei nº 14.133 de 2021.**

13.2.1 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas conforme a Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022, sob pena de desclassificação.

13.3 **Considera-se inexequível a proposta que:** apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, **devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;**

13.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.6 O Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **03 (três) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

13.7 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.8 Se a proposta for desclassificada, o Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.9 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

13.10 Nas hipóteses em que o Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido o melhor preço.

13.11 Nos itens/grupos não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

13.12 Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

13.13 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

14 DA HABILITAÇÃO

14.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1 Consulta Consolidada para verificação de impedimentos de licitar ou idoneidade da Pessoa Jurídica junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>);

14.1.2 Consulta Consolidada para verificação de impedimentos de licitar ou idoneidade da Pessoa Jurídica junto ao Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

14.1.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.1.3.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.1.3.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.1.3.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.1.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.1.5 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.1.6 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares,

necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de inabilitação.

14.2 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.3 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.4 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.5 HABILITAÇÃO JURÍDICA

14.5.1 **Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado sede da empresa participante, expedida em até 90 (noventa) dias, anteriores à data da abertura da sessão:**

14.5.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.5.3 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

14.5.4 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

14.5.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

14.5.6 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

14.5.7 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

14.5.8 No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do Decreto n. 11.802, de 2023.

14.5.9 No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

14.5.10 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

14.5.11 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da

consolidação respectiva.

14.5.12 Cópia do CPF e RG dos sócios, dirigentes ou do empresário individual; aos participantes que deem preferência a inserção de documentos **AUTENTICADOS DIGITALMENTE** pelos cartórios ou deem preferência a inserção da **CNH DIGITAL**, quando possuírem-na;

14.6 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

14.6.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União, e Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, em conjunto/unificada, na forma da Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014, expedido pela secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente;

14.6.2 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço(FGTS);

14.6.3 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas;

14.6.4 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

14.6.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais expedida pelo órgão municipal competente;

14.6.6 Prova de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

14.6.7 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

14.7 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.7.1 A Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no seu domicílio **expedida em até 90 (noventa) dias, anteriores à data da abertura da sessão quando esta não constar data de validade – não sendo admitida certidão com prazo de validade expirada na data da sessão;**

14.7.1.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

14.8 DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS

14.8.1. Declaração Conjunta de Anexo VI, e, aos participantes que deem preferência a **ASSINATURA DIGITAL** nos documentos que exijam a assinatura da empresa ou dos sócios.

14.9 Os documentos exigidos para habilitação (item 13 e seus sub-itens), deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

14.9.1 **Caso os documentos de habilitação que não mencionem o prazo de validade e/ou validação, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias contados de sua emissão.**

14.10 O Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital ou não, de modo a complementar que entender pertinente, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **03 (três) horas**, sob pena de inabilitação. Neste caso, somente mediante autorização do Pregoeiro(a) e/ou em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail cmss.licitacao@imbau.pr.gov.br.

14.11 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.11.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.11.2 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.12 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.12.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

14.13 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública – que será registrado no chat do certame, quando requerida pelo licitante com a inserção de requerimento, mediante apresentação de justificativa solicitadas via sistema operacional da BLL (“chat”).

14.14 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.15 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.16 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14.17 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.18 Nos itens/grupos não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.19 O licitante provisoriamente vencedor em um item/grupo, que estiver concorrendo em outro item/grupo, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item/grupo em que venceu às do item/grupo em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

14.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

15 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

15.1 A PROPOSTA FINAL ou AJUSTADA do licitante que ofereceu o menor valor poderá ser encaminhada no prazo de **3 (três) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro(a) no sistema eletrônico;

15.2 QUANDO O OBJETO DA LICITAÇÃO FOR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE NATUREZA CONTÍNUA – A PLANILHA DE CUSTO SERÁ DE APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA E DE FORMA PORMENORIZADA, A FIM DE DEMONSTRAR O CÁLCULO REALIZADO PELA PROPONENTE QUANTO À SUA PROPOSTA.

15.2.1 A planilha deverá ser apresentada a partir da vitória provisória, no prazo **de 01 (um) dia útil** – inserindo-a na plataforma BLL e encaminhada via e-mail cmss.licitacao@imbau.pr.gov.br.

15.2.2 A planilha em formato de *excel*, será inserido pelo Município na mesma plataforma, no momento da disponibilização do Edital.

15.3 Caso a PROPOSTA FINAL ou AJUSTADA não seja enviada, será considerada aquela considerada como lance final ofertado, conforme relatório de vencedores incluídos no processo final que acompanha a ATA de ADJUDICAÇÃO do certame.

15.4 Caso seja enviada, esta deverá ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

15.5 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento (facultativo).

15.6 A proposta final ou ajustada deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

15.7 **Todas as especificações do objeto conterão na proposta, principalmente VALORES E MARCA (quando for o caso), garantia, especificações adicionais do produto. Ainda poderá complementar as informações anexando à proposta CATÁLOGOS e ATESTADOS, bem como demais documentos que pormenorizem o objeto ofertado pelo vencedor.**

15.8 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

15.9 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

15.10 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

15.11 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

15.12 No presente processo será aceito valores com até 2 (duas) casas após a vírgula.

15.13 Não serão aceitos documentos, declarações e proposta emitidas após data de abertura do certame que não tenham sido solicitadas pelo Pregoeiro(a).

15.14 **Documentos ilegíveis, de baixa qualidade ou registros sem identificação de item serão desconsiderados.**

15.15 Posteriormente, os mesmos documentos da Empresa vencedora deverão ser encaminhados em originais e autenticados, no prazo máximo de **03 (tres) dias úteis**, contados da data da sessão pública virtual, juntamente com a proposta de preços corrigida, podendo serem protocolados no Paço Municipal no setor de Protocolos ou encaminhado via Agência dos Correios, que deverá ser **EXCLUSIVAMENTE** via **SEDEX** para a Prefeitura Municipal de Imbaú - PR:

Endereço: Rua Francisco Siqueira Kortz, nº 471, São Cristovão.

Pregoeira: Rubia Aparecida Ferreira Pedroso

E-mail: cmss.licitacao@imbau.pr.gov.br

Telefone: (42) 3127-9403/9404

15.16 Os documentos solicitados pelo Pregoeiro(a), encaminhados via Agência dos Correios, a empresa deverá **OBRIGATORIAMENTE**, encaminhar o **CÓDIGO DE RASTREAMENTO DO OBJETO**, via e-mail cmss.licitacao@imbau.pr.gov.br e/ou por meio do sistema eletrônico ("chat") da plataforma BLL, para acompanhamento e conferência de datas como postagem, trânsito e recebimento do objeto;

15.17 Desnecessária a autenticação administrativa realizada por servidor público para documentos autenticados via web – por meio de certificação digital do órgão expedidor do documento ou que seja possível consultar sua autenticidade via web e da assinatura digital.

16 DOS RECURSOS

16.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 15 (quinze) minutos, **para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer**, de **forma motivada**, isto é, **indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos**, em campo próprio do sistema.

16.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

16.2.1 Nesse momento o Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

16.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

16.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, **o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões**, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

17.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

17.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

17.2.1 **A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, comunicado no site oficial, de acordo com a fase do procedimento licitatório.**

17.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

18 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro(a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

18.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

19 DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

19.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.2 **O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o**

caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido ao município.

19.4 O prazo previsto aqui previsto poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.5 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.5.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

19.5.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.5.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstos na Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos na mesma Lei.

19.6 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, prorrogável, sucessivamente, por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.7 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência e eventuais prorrogações da contratação.

19.8 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

19.9 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.10 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, conforme previsão contida na Lei nº 14.133 de 2021.

20 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

20.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação

das propostas.

20.2 A CONTRATADA deverá requerer reajuste, se assim entender necessário, após o transcurso de 01 (um) ano, contados da apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

20.3 O índice a ser utilizado para o reajuste, será o INPC/IBGE ou por outro índice oficial que vier substituí-lo, acumulado durante o período.

20.4 O reajuste será realizado por apostilamento.

21 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Anexo I do Edital em consonância com a Lei nº 14.133, de 2021 e contrato.

Planilha estimativa de custo:

LOTE 1

Valor Máximo do Lote: 4.320,83 (quatro mil, trezentos e vinte reais e oitenta e três centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Seguro veicular para Caminhão IVECO tector cabina simples 27-320 diesel 320 cv tração 6x4 branco ANO 2024 MODELO 2025 chassi: 93ZE62RNZS8709998 0KM com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquias (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana/ cobertura para terceiros. Apólice válida por um ano.	UN	1	4.320,83	4.320,83

LOTE 2

Valor Máximo do Lote: 4.320,83 (quatro mil, trezentos e vinte reais e oitenta e três centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Seguro veicular para Caminhão IVECO tector cabina simples 27-320 diesel 320 cv tração 6x4 branco ANO 2024 MODELO 2025 chassi: 93ZE62RNZS8708290 0KM com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquias (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana/ cobertura para terceiros. Apólice válida por um ano.	UN	1	4.320,83	4.320,83

LOTE 3

Valor Máximo do Lote: 3.494,57 (três mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e sete centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Seguro veicular para Caminhão ANO 2024 MODELO 2025 chassi: 93ZE62RNZS8708468 0KM com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquias (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana/ cobertura para terceiros. Apólice válida por um ano.	UN	1	3.494,57	3.494,57

LOTE 4

Valor Máximo do Lote: 4.192,73 (quatro mil, cento e noventa e dois reais e setenta e três centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Seguro veicular para Trator Budny 90 CV BDY-9040 2023 COM	UN	1	4.192,73	4.192,73

	TOMADA DE FORÇA CABINADO 540/1000 RPM chassi: LLWB75YT25S025022 com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana/ cobertura para terceiros. Apólice válida por um ano.				
--	---	--	--	--	--

LOTE 5

Valor Máximo do Lote: 4.192,73 (quatro mil, cento e noventa e dois reais e setenta e três centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Seguro veicular para Trator Budny 90 CV BDY-9040 2023 COM TOMADA DE FORÇA CABINADO 540/1000 RPM chassi: LLWB75YT25S025027 com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana/ cobertura para terceiros. Apólice válida por um ano.	UN	1	4.192,73	4.192,73

LOTE 6

Valor Máximo do Lote: 2.433,20 (dois mil, quatrocentos e trinta e três reais e vinte centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Seguro veicular para Trator YTO XLY1104 90CV Chassi: 32312722 com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana/ cobertura para terceiros. Apólice válida por um ano.	UN	1	2.433,20	2.433,20

LOTE 7

Valor Máximo do Lote: 2.383,00 (dois mil, trezentos e oitenta e três reais)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Caminhão Basculante VW 13.180 Euro 3 Worker, ano 2007/2007- Placas ANO 5813, Renavam 959286756. COBERTURA valor de mercado 100 % RCF- danos materiais R\$ 100.000,00 RCF danos pessoais R\$ 100.000,00 APP por passageiro R\$ 10.000,00. Com cobertura para Vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais), KM ilimitado para guincho com assistencia 24 hrs, 07 dias por semana. Valor Máximo da Franquia Reduzida R\$ 2.958,27. Apólice válida por um ano.	UNIT.	1	2.383,00	2.383,00

LOTE 8

Valor Máximo do Lote: 2.580,33 (dois mil, quinhentos e oitenta reais e trinta e três centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Caminhão Mercedes Benz Accelo, ano 2015/2016, placas BAJ-3983, Renavam 01080808750. COBERTURA valor de mercado 100 % RCF- danos materiais R\$ 100.000,00 RCF danos pessoais R\$ 100.000,00 APP por passageiro R\$ 10.000,00. Com cobertura para Vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais), KM ilimitado para guincho com assistencia 24 hrs, 07 dias por semana. Valor Máximo da Franquia Reduzida R\$ 4.134,77. Apólice válida por um ano.	UNIT.	1	2.580,33	2.580,33

LOTE 9

Valor Máximo do Lote: 1.707,67 (um mil, setecentos e sete reais e sessenta e sete centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Caminhão VW 11 (diesel) 180 Delivery (ES), ano 2018/2019, placas BCO-3940, Chassi 9535V6TB1KR913450, Renavam 01169648069. COBERTURA valor de mercado 100 % RCF- danos materiais R\$ 100.000,00 RCF danos pessoais R\$ 100.000,00 APP por passageiro R\$ 10.000,00. Com cobertura para Vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, trazeiros e vidros laterais), KM ilimitado para guincho com assistência 24 hrs, 07 dias por semana. Valor Máximo da Franquia Reduzida R\$ 4.134,77. Apólice válida por um ano.	UNIT.	1	1.707,67	1.707,67

LOTE 10

Valor Máximo do Lote: 2.244,70 (dois mil, duzentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Seguro Veicular Caminhão VW/17.190 CRM 4X2 ROB)2021/2022 DIESEL, caminhão coletor, placa: RHI-4J06, RENAVAM: 01272762936 , CHASSI: 9536E8235NR023550, Ano: 2021, Modelo: 2022. COBERTURA valor de mercado 100% RCF-danos materiais R\$ 100.000,00 RCF danos pessoais R\$ 100.000,00 APP por passageiro de R\$ 10.000,00. Com cobertura de vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiro, traseiros e vidros laterais). Km ilimitado para guincho com assistência 24hrs 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UN	1	2.244,70	2.244,70

LOTE 11

Valor Máximo do Lote: 2.065,57 (dois mil e sessenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	M. Benz Masc. Granmini Microonibus, ano 2009/2009, placas ARG-2619, Renavam 139861041. COBERTURA valor de mercado 100 % RCF- danos materiais R\$ 100.000,00 RCF danos pessoais R\$ 100.000,00 APP por passageiro R\$ 10.000,00. Com cobertura para Vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, trazeiros e vidros laterais), KM ilimitado para guincho com assistencia 24 hrs, 07 dias por semana. Valor Máximo da Franquia Reduzida R\$ 6.938,40. Apólice válida por um ano. Valor do Mercado R\$ 118.000,00.	UNIT.	1	2.065,57	2.065,57

LOTE 12

Valor Máximo do Lote: 620,27 (seiscentos e vinte reais e vinte e sete centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	GM Celta 4P LIFE. Ano 2010/2011, placas ASR-7098, Renavam 284320129. COBERTURA valor de mercado 100 % RCF- danos materiais R\$ 100.000,00 RCF danos pessoais R\$ 100.000,00 APP por passageiro R\$ 10.000,00. Com cobertura para Vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, trazeiros e vidros laterais), KM ilimitado para guincho com assistencia 24 hrs, 07 dias por semana. Valor Máximo da Franquia Reduzida R\$ 1.154,00 .Apólice válida por um ano.	UNIT.	1	620,27	620,27

LOTE 13

Valor Máximo do Lote: 748,72 (setecentos e quarenta e oito reais e setenta e dois centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Seguro Veicular VW Gol Tredline 1.0, ano 2017/2018, Chassis 9BWAG45U2JP046480. COBERTURA valor de mercado 100 % RCF- danos materiais R\$ 100.000,00 RCF danos pessoais R\$ 100.000,00 APP por passageiro R\$ 10.000,00. Com cobertura para Vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, trazeiros e vidros	UN	1	748,72	748,72

	laterais), KM ilimitado para guincho com assistencia 24 hrs, 07 dias por semana. Valor Máximo da Franquia Reduzida R\$ 1.381,00. Apólice válida por um ano.				
--	---	--	--	--	--

LOTE 14

Valor Máximo do Lote: 3.338,66 (três mil, trezentos e trinta e oito reais e sessenta e seis centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Seguro veicular para VAN RENAULT/MASTER placa: RHU5I95 ANO/MODELO: 2020/2021 chassi: 93YMAFEXCMJ779678 cor: branca cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UN	1	3.338,66	3.338,66

LOTE 15

Valor Máximo do Lote: 3.523,12 (três mil, quinhentos e vinte e três reais e doze centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Seguro veicular para ambulância Renault/ master flash AM5, placa: TBL 2B49 chassi: 93YF62007SJ930074, ano/modelo:2024/2025 cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UN	1	3.523,12	3.523,12

LOTE 16

Valor Máximo do Lote: 3.360,79 (três mil, trezentos e sessenta reais e setenta e nove centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Seguro veicular para micro ônibus ano/modelo; 2024/2025 OKM com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UN	1	3.360,79	3.360,79

LOTE 17

Valor Máximo do Lote: 3.620,37 (três mil, seiscentos e vinte reais e trinta e sete centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Seguro veicular para VAN RENAULT/M REVECAP L3H2 placa: BCU6I96 ANO/MODELO: 2018/2019 chassi: 64204 cor: branca cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UN	1	3.620,37	3.620,37

LOTE 18

Valor Máximo do Lote: 719,60 (setecentos e dezenove reais e sessenta centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Citroen/Aircross M Feel, ano 2016/2017, Placa BAM-6119, Renavam 1086248268. COBERTURA valor de mercado 100 % RCF- danos materiais R\$ 100.000,00 RCF danos pessoais R\$ 100.000,00 APP por passageiro R\$ 10.000,00. Com cobertura para Vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, trazeiros e vidros laterais), KM ilimitado para guincho com assistencia 24 hrs, 07 dias por semana. Valor Máximo da	UN	1	719,60	719,60

	Franquia Reduzida R\$ 2.072,85. Apólice válida por um ano.				
--	--	--	--	--	--

LOTE 19

Valor Máximo do Lote: 1.187,01 (um mil, cento e oitenta e sete reais e um centavo)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Seguro veicular para ONIX, placa SDY-4A52 CHASSI:9BGEB48H0PG165092, ano 2022. Cobertura completa contra colisão, roubo, furto, incêndio, fenômenos naturais e danos a terceiros. Assistência 24 horas, 7 dias por semana, incluindo serviços de guincho, socorro mecânico, chaveiro, troca de pneus e transporte alternativo. Apólice válida por 12 meses.	UN	1	1.187,01	1.187,01

LOTE 20

Valor Máximo do Lote: 1.225,28 (um mil, duzentos e vinte e cinco reais e vinte e oito centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Seguro para veículo Fiat Strada Working, 1.4, Placa BBL-7176, ano/modelo 2017/2017, COBERTURA valor de mercado 100 % RCF- danos materiais R\$ 100.000,00 RCF danos pessoais R\$ 100.000,00 APP por passageiro R\$ 10.000,00. Com cobertura para Vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, trazeiros e vidros laterais), KM ilimitado para guincho com assistência 24 hrs, 07 dias por semana. Valor Máximo da Franquia Reduzida R\$ 2.119,75 .Apólice válida por um ano.	UNIT.	1	1.225,28	1.225,28

LOTE 21

Valor Máximo do Lote: 1.082,67 (um mil e oitenta e dois reais e sessenta e sete centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Veículo DUSTER OROCH RENAULT, OROCH versão Y0 KC2, RENAVAL 1236172296, CHASSI 93Y9SR3H5MJ392089, PLACA GGZ-2D28, ANO DE FAB/MOD 2020/2021. CASCO 100% FIPE, FRANQUIA CASCO R\$ 1.892,60, DMT R\$ 100.000,00, DCT R\$ 100.000,00, DANOS MORAIS R\$ 20.000,00, FRANQUIA PARA VIDROS R\$ 200,00.	UNIT.	1	1.082,67	1.082,67

LOTE 22

Valor Máximo do Lote: 1.573,93 (um mil, quinhentos e setenta e três reais e noventa e três centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Seguro veicular para ONIX, placa SDY-4A57, CHASSI: 9BGEB48H0G184130 ano 2022. Cobertura completa contra colisão, roubo, furto, incêndio, fenômenos naturais e danos a terceiros. Assistência 24 horas, 7 dias por semana, incluindo serviços de guincho, socorro mecânico, chaveiro, troca de pneus e transporte alternativo. Apólice válida por 12 meses.	UN	1	1.573,93	1.573,93

LOTE 23

Valor Máximo do Lote: 3.763,84 (três mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Seguro Veicular ÔNIBUS ADAPTD A ACCESS ESCOLAR BDA-9C79 Onibus Adaptado Access Escolar, Capacidade 24 Passageiros, Ano De Fabricação 2018/Modelo2018, Cor: Amarela, Combustível: Diesel: Marca: Marcopolo Volare. COBERTURA valor de mercado 100% RCF-danos materiais R\$ 100.000,00 RCF danos pessoais R\$ 100.000,00 APP por passageiro de R\$ 10.000,00. Com cobertura de vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiro, trazeiros e vidros laterais). Km ilimitado para guincho com assistência 24hrs 07 dias por semana. Valor máximo da franquia reduzida	UNIT.	1	3.763,84	3.763,84

	R\$ R\$ 5.524,23.. Apólice válida por um ano.				
--	---	--	--	--	--

LOTE 24

Valor Máximo do Lote: 3.606,90 (três mil, seiscentos e seis reais e noventa centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Seguro Veicular para Micro ônibus Marcopolo Volare V-8 L Médio Fretamento (ES) Placas BCG-8D63. COBERTURA valor de mercado 100 % RCF- danos materiais R\$ 100.000,00 RCF danos pessoais R\$ 100.000,00 APP por passageiro R\$ 10.000,00. Com cobertura para Vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, trazeiros e vidros laterais), KM ilimitado para guincho com assistência 24 hrs, 07 dias por semana. Valor Máximo da Franquia Reduzida R\$ 5.524,23. Apólice válida por um ano.	UN	1	3.606,90	3.606,90

LOTE 25

Valor Máximo do Lote: 1.757,04 (um mil, setecentos e cinquenta e sete reais e quatro centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Seguro veicular para camionete fiat/toro vulcano 2.0, placa: BBJ-9198 chassi: 988226175JKB33501, ano/modelo:2017/2018 cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana/ cobertura para terceiros. Apólice válida por um ano.	UN	1	1.757,04	1.757,04

LOTE 26

Valor Máximo do Lote: 4.217,10 (quatro mil, duzentos e dezessete reais e dez centavos)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Seguro para veículo Camionete I/ FORD RANGER FX4CD4A32 7BC JMU3 F, Chassi: 8AFAR23S1PJ314577, Motor: SA2XPJ314577, Cor: BRANCO, Diesel, Ano 2023/2023, Placa: S/P, COMBUSTIVEL: DIESEL, RENAVAL:200124. COBERTURA no valor de mercado 100% RCF – danos materiais R\$ 100.000,00, RCF – danos pessoais R\$ 100.000,00, APP por passageiro R\$ 10.000,00. Com cobertura para Vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM ilimitado para Guincho com Assistência 24hrs por dia, 07 dias por semana. Valor Máximo da Franquia Reduzida R\$ 10.000,00. Apólice válida por um ano.	UN	1	4.217,10	4.217,10

22 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas na Minuta de Contrato e anexos do Edital;

23 DO PAGAMENTO

23.1 O recebimento do objeto da licitação se dará conforme o disposto no Art. 140 da Lei nº 14.133 de 2021.

23.2 O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do material fornecido ou do serviço prestado, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização e/ou execução dos mesmos.

23.3 O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de Imbaú – PR, **em até 30 (trinta) dias**, após a data do recebimento definitivo do bom ou serviço pela fiscalização ou gestor, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

23.4 Os pagamentos mediante a emissão de qualquer modalidade de Ordem Bancária, serão realizados desde que a contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

23.5 A critério da contratante, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir dívidas de responsabilidade da Contratada para com ela, relativas a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.

23.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ's.

23.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, não correrá qualquer tipo de acréscimo a título de encargos moratórios.

24 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 As fraudes ou irregularidades se configuram sempre que houver tentativa de frustração do caráter competitivo e da impessoalidade nas licitações.

24.2 Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, o licitante/adjudicatário que:

24.2.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

24.2.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

24.2.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

24.2.4 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.2.5 Não mater a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

24.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

24.2.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

24.2.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

24.2.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

24.2.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

24.2.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

24.2.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

24.3 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

24.4 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

24.5 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

24.5.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

24.5.2 Multa de 1 % (um por cento) a 3% (três por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

24.5.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

24.5.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

24.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

24.7 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

24.8 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

24.9 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

24.10 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

24.11 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.12 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento

previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

24.13 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.14 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24.15 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

25 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

25.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

25.2 A impugnação “**DEVERÁ**” ser realizada **EXCLUSIVAMENTE** através da Plataforma BLL Compras, não sendo aceitos outros meios a não ser os aqui definidos.

25.3 Caberá ao Pregoeiro(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e/ou deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até (02) dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

25.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

25.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, exclusivamente através da Plataforma BLL Compras.

25.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência/edital e dos anexos.

25.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

25.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

25.9 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

26 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

26.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro(a).

26.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

26.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico WWW.BLL.ORG.BR, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

26.12 O Edital também estará disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.imbau.pr.gov.br/>.

Imbaú, 08 de Agosto de 2025

Dayane Sovinski
Prefeita Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 45/2025

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Secretaria Municipal de Agricultura

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Área requisitante: Secretaria de Agricultura Área

requisitante: Secretaria de Meio Ambiente

Área requisitante: Secretaria de Esporte e Cultura Área

requisitante: Secretaria de Saúde

Área requisitante: Secretaria de Assistência Social Área

requisitante: Secretaria de Governo

Objeto: Seguro Veicular.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

A Prefeitura Municipal de Imbaú, juntamente com suas respectivas secretarias, depende da proteção adequada de sua frota de veículos para o desenvolvimento seguro e eficiente das suas atividades. A contratação de seguro veicular é essencial para garantir a segurança patrimonial da administração pública, bem como a tranquilidade dos servidores e munícipes que utilizam esses veículos. A cobertura contra eventuais danos, furtos, roubos e acidentes contribui não apenas para a redução de prejuízos financeiros, mas também para a continuidade e eficiência dos serviços prestados à comunidade. Portanto, a gestão preventiva da frota, com foco na contratação tempestiva de seguros, é uma medida estratégica para assegurar a proteção dos bens públicos e a segurança de todos os envolvidos.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL

A aquisição de seguros está devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2025. Tal previsão está em conformidade com as necessidades identificadas no planejamento estratégico das secretarias, garantindo que os recursos necessários para o pleno funcionamento e atualização do parque tecnológico sejam assegurados.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação tem por objeto a prestação de serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. O licitante deverá apresentar, junto aos demais documentos de habilitação, declaração de que possui os documentos exigidos ou de que reunirá condições de apresentá-los no momento da assinatura do contrato. Para a execução dos serviços de seguro veicular, a seguradora contratada deverá fornecer apólice que contemple, no mínimo, as

seguintes coberturas: colisão, incêndio, roubo e furto; responsabilidade civil facultativa (RCF); acidente pessoal por passageiro (APP); assistência 24 horas, com quilometragem ilimitada para guincho; cobertura para vidros nos veículos ou maquinários com cabine fechada; e disponibilização de veículo reserva em até 48 horas, no caso de veículos leves. Devido à necessidade de deslocamento da frota para atendimento aos munícipes, em áreas urbanas e rurais, a ausência dessas coberturas exporia os veículos a riscos maiores, como furtos e depredações, o que comprometeria a continuidade dos serviços públicos. Ressalta-se que o serviço possui natureza continuada, pois se trata de atividade essencial ao desempenho das funções institucionais, cuja interrupção pode afetar o atingimento dos objetivos da administração. A contratação inicial será pelo período de 12 meses, prazo considerado adequado para análise da qualidade dos serviços prestados e eventual decisão de continuidade com a empresa contratada. O adjudicatário deverá ainda apresentar declaração de que possui pleno conhecimento das condições necessárias à prestação dos serviços, como requisito para a celebração do contrato.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA AQUISIÇÃO

SECRETARIA REQUISITANTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Secretaria de Meio Ambiente	Seguro veicular para M.BENZ/MASC GRANMINI O , placa: ARG-2619, chassi: 9BM6882729B647223, ano/modelo:2009/2009 cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Meio Ambiente	Seguro veicular para VW/13.180 EURO3 WORKER, placa: ANO-5813, chassi: 9BWB172S47R729272, ano/modelo:2007/2007 cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Meio Ambiente	Seguro veicular para M.BENZ/ACCELO 815 , placa: BAJ- 3j83, chassi: 9BM979026GS035486, ano/modelo:2015/2016 cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Meio Ambiente	Seguro veicular para VW/11.180 DRC 4X2 placa: BCO- 3940 ANO/MODELO: 2018/2019 chassi: 9535V6TB1KR913450 cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Meio Ambiente	Seguro veicular para VW/17.190 CRM 4X2 ROB placa: RHI-4J06 ANO/MODELO: 2021/2022 chassi: 9536E8235NR023550 cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UND	1
	Seguro veicular para ambulância Renault/ master flash AM5, placa: TBL 2B49 chassi: 93YF62007SJ930074, ano/modelo:2024/2025 cobertura valor de mercado 100% RCF-		

Secretaria de Saúde	danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Saúde	Seguro veicular para micro ônibus ano/modelo: 2024/2025 0KM com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para- brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Saúde	Seguro veicular para VAN RENAULT/M REVESCAP L3H2 placa: BCU6I96 ANO/MODELO: 2018/2019 chassi: 64204 cor: branca cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para- brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Governo	Seguro veicular para camionete fiat/toro vulcano 2.0, placa: BBJ-9198 chassi: 988226175JKB33501, ano/modelo:2017/2018 cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de	UND	1

	para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana/ cobertura para terceiros. Apólice válida por um ano.		
Secretaria de Governo	Seguro veicular para ford/Ranger; 2023/2023 Placa: FCV- 6G81 chassi: 8AFAR23S1PJ314577 com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana/ cobertura para terceiros. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Agricultura	Seguro veicular para Caminhão IVECO tector cabina simples 27-320 diesel 320 cv tração 6x4 branco ANO 2024 MODELO 2025 chassi: 93ZE62RNZS8709998 0KM com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana/ cobertura para terceiros. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Agricultura	Seguro veicular para Caminhão IVECO tector cabina simples 27-320 diesel 320 cv tração 6x4 branco ANO 2024 MODELO 2025 chassi: 93ZE62RNZS8708290 0KM com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana/ cobertura para terceiros. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Agricultura	Seguro veicular para Caminhão ANO 2024 MODELO 2025 chassi: 93ZE62RNZS8708468 0KM com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana/ cobertura para terceiros. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Assistência Social	Seguro veicular para AIR-CROSS, placa BAM- 6119,CHASSI: 935SUNFN1LB537647 ano 2016. Cobertura completa contra colisão, roubo, furto, incêndio, fenômenos naturais e danos a terceiros. Assistência 24 horas, 7 dias por semana, incluindo serviços de guincho, socorro mecânico, chaveiro, troca de pneus e transporte alternativo. Apólice válida por 12 meses.	UND	1
Secretaria de	Seguro veicular para ONIX, placa SDY-4A52, CHASSI: 9BGEB48H0PG165092 ano 2022. Cobertura completa contra colisão, roubo, furto, incêndio, fenômenos naturais e danos a terceiros. Assistência 24 horas, 7 dias por semana, incluindo serviços de guincho, socorro mecânico, chaveiro, troca de pneus e transporte alternativo. Apólice válida por 12 meses.	UND	1

Assistência Social	Seguro veicular para STRADA, placa BBL-7116, CHASSI: 9BD5781FFHY173385 ano 2017. Cobertura completa contra colisão, roubo, furto, incêndio, fenômenos naturais e danos a terceiros. Assistência 24 horas, 7 dias por semana, incluindo serviços de guincho, socorro mecânico, chaveiro, troca de pneus e transporte alternativo. Apólice válida por 12 meses.	UND	1
Secretaria de Assistência Social	Seguro veicular para OROCH, placa GGZ-2D28, CHASSI: 93Y9SR3H5MJ392089 ano 2020. Cobertura completa contra colisão, roubo, furto, incêndio, fenômenos naturais e danos a terceiros. Assistência 24 horas, 7 dias por semana, incluindo serviços de guincho, socorro mecânico, chaveiro, troca de pneus e transporte alternativo. Apólice válida por 12 meses.	UND	1
Secretaria de Assistência Social	Seguro veicular para ONIX, placa SDY-4A57, CHASSI: 9BGEB48H0G184130 ano 2022. Cobertura completa contra colisão, roubo, furto, incêndio, fenômenos naturais e danos a terceiros. Assistência 24 horas, 7 dias por semana, incluindo serviços de guincho, socorro mecânico, chaveiro, troca de pneus e transporte alternativo. Apólice válida por 12 meses.	UND	1
Secretaria de Assistência Social	Seguro veicular para MICRO ÔNIBUS VOLARE, placa BCG-8D63, CHASSI: 93PB54M32KC059946 ano 2018. Cobertura completa contra colisão, roubo, furto, incêndio, fenômenos naturais e danos a terceiros. Assistência 24 horas, 7 dias por semana, incluindo serviços de guincho,	UND	1
Secretaria de Assistência Social			

Secretaria de Assistência Social	socorro mecânico, chaveiro, troca de pneus e transporte alternativo para passageiros. Vigência: 1 ano.		
Secretaria de Assistência Social	Seguro veicular para MICRO ÔNIBUS ACESS VOLARE, placa BDA-9C79, CHASSI: 93PB90S19JC098042 ano 2018. Cobertura completa contra colisão, roubo, furto, incêndio, fenômenos naturais e danos a terceiros. Assistência 24 horas, 7 dias por semana, incluindo serviços de guincho, socorro mecânico, chaveiro, troca de pneus e transporte alternativo para passageiros. Vigência: 1 ano.	UND	1
Secretaria de Esporte	Seguro veicular para CHEVROLET/CELTA 4P, placa: ASR- 7098 chassi: 9BGEZ43F0BG130588, ano/modelo: 2010/2011 cor: Branca, cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Esporte	Seguro veicular para VOLKSWAGEN/GOL TL 4P, placa BBN-9655 chassi: 9BWAG45U2JPO46480, ano/modelo: 2017/2018 cor: Branca, com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Esporte	Seguro veicular para VAN RENAULT/MASTER placa: RHU5I95 ANO/MODELO: 2020/2021 chassi: 93YMAFEXCMJ779678 cor: branca cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UND	1

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para garantir a contratação de serviços de seguro que atendam de forma eficiente e econômica às necessidades da frota da Prefeitura Municipal, foi realizado um levantamento de mercado com o objetivo de analisar os preços praticados, a abrangência das coberturas comumente oferecidas e as condições aplicáveis à contratação desse tipo de serviço.

A coleta de valores foi realizada por meio do Banco de Preços, considerando referências atualizadas sobre os custos médios para seguros veiculares com coberturas contra colisões, roubos, furtos, incêndios, danos a terceiros, assistência 24 horas, entre outros serviços relevantes.

Também foram observados parâmetros como prazo de vigência, franquias, exclusões e demais condições contratuais usuais no mercado.

Durante a análise, foram considerados aspectos como a conformidade com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), bem como a relação entre custo e benefício em termos de cobertura, amplitude dos serviços e suporte esperado em caso de sinistros.

O levantamento demonstrou variações nos preços, mas todos os valores coletados estão dentro dos parâmetros aceitáveis e condizentes com as necessidades da frota pública. A avaliação permitiu identificar alternativas viáveis que proporcionam a devida proteção ao patrimônio público, garantindo a continuidade dos serviços essenciais com responsabilidade e economicidade.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa da contratação para a contratação de serviços de seguro veicular da Prefeitura Municipal foi elaborada com base no levantamento de mercado realizado por meio do Banco de Preços, na análise da frota existente e nas necessidades operacionais das Secretarias. Considerando o uso contínuo dos veículos públicos em diversas atividades administrativas e operacionais, foi realizada uma previsão de cobertura para o ano, levando em conta os riscos a que estão expostos, como colisões, furtos, roubos e danos a terceiros.

Com base no histórico da frota municipal e nas condições atuais de operação dos veículos, estima-se que seja necessário contratar seguros para 25 veículos, incluindo automóveis, caminhões, utilitários e maquinários. A quantidade foi definida conforme a composição da frota, priorizando os veículos em maior risco de circulação e que desempenham funções essenciais, especialmente em áreas como saúde, transporte escolar, agricultura e obras públicas.

A estimativa do custo total foi apurada com fundamento em contratações anteriores realizadas pelo Município de Imbaú, bem como nos preços médios obtidos no Banco de Preços. Observou-se que os valores de seguro variam conforme o tipo de veículo, o perfil de uso e o nível de cobertura contratada. Assim, o valor total estimado para a contratação dos seguros veiculares é de aproximadamente R\$64.424,48 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos), considerando a quantidade prevista, as coberturas básicas exigidas (colisão, roubo, furto, danos a terceiros e assistência 24h).

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para a contratação de seguro veicular pela Prefeitura Municipal de Imbaú visa garantir a continuidade, segurança e eficiência das atividades operacionais das Secretarias, que dependem do pleno funcionamento da frota de veículos. Essas Secretarias são

responsáveis por executar ações essenciais nas áreas de saúde, transporte escolar, agricultura, assistência social, entre outras. A contratação de seguro veicular é uma medida estratégica de proteção patrimonial e preventiva, assegurando que eventuais sinistros, como acidentes, roubos, furtos ou danos a terceiros, não comprometam o funcionamento da frota e, conseqüentemente, os serviços prestados à população. A contratação será feita com base em levantamento de preços realizado por meio do Banco de Preços, garantindo a escolha de propostas vantajosas, respeitando as especificações exigidas de coberturas compatíveis com os riscos da atividade pública. O processo está alinhado ao planejamento orçamentário das Secretarias, com recursos já previstos para essa finalidade. Assim, a contratação de seguros não se trata apenas de uma formalidade, mas de uma solução completa de gestão de riscos, que assegura a proteção dos veículos públicos, evita prejuízos financeiros inesperados, e contribui diretamente para a eficiência e a continuidade dos serviços oferecidos pela Prefeitura Municipal de Imbaú.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada de forma única, visto que os seguros serão contratados com cobertura anual, contemplando todos os veículos em um único processo, o que favorece melhores condições comerciais e facilita a gestão do contrato.

10. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação do seguro veicular, a Prefeitura Municipal de Imbaú espera alcançar diversos resultados positivos. Em primeiro lugar, busca-se garantir a segurança e proteção da frota contra danos causados por acidentes, furtos, roubos, incêndios e responsabilidades civis. A cobertura securitária permitirá uma resposta ágil em casos de sinistros, evitando longas interrupções dos serviços públicos e custos elevados com reparos ou reposição dos veículos.

Além disso, haverá economia de recursos públicos, uma vez que os prejuízos decorrentes de eventos danosos serão suportados pela seguradora, não impactando diretamente o orçamento municipal. A contratação também permitirá maior previsibilidade orçamentária, pois os custos com sinistros não planejados serão mitigados.

Outro resultado importante será a continuidade das atividades essenciais das Secretarias, como transporte de pacientes, distribuição de alimentos, serviços agrícolas e transporte escolar, assegurando que a população continue sendo atendida de forma eficaz. Por fim, espera-se maior tranquilidade para os condutores e usuários dos veículos oficiais, com respaldo jurídico e técnico diante de eventualidades.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Será realizada a designação formal de fiscal de contrato, que acompanhará e registrará todas as etapas da execução contratual, incluindo a conferência das apólices, prazos de vigência, coberturas e atendimento das cláusulas contratuais.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se fazem necessárias contratações correlatas ou interdependentes, visto que todos os documentos, vistorias e demais providências operacionais para ativação dos seguros serão realizados pelas Secretarias competentes com os recursos administrativos já disponíveis.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de seguro veicular não gera impactos ambientais diretos, uma vez que se trata de serviço intangível. No entanto, de forma indireta, a segurança veicular proporcionada pela cobertura securitária contribui para evitar o descarte precoce de veículos sinistrados e o uso de peças de reposição desnecessárias, promovendo maior sustentabilidade na gestão da frota pública. Adicionalmente, veículos protegidos tendem a ser mantidos em melhores condições operacionais, o que também contribui para menor emissão de poluentes e uso racional dos recursos.

14. MAPA DE RISCO

Risco	Descrição	Impacto	Mitigação	Probabilidade	Impacto Potencial
Atraso na emissão das apólices	A seguradora pode demorar para formalizar a cobertura.	Risco de veículos circularem sem proteção.	Cláusula contratual com prazos definidos e penalidades. Fiscalização do cumprimento imediato.	Médio	Alto
Cobertura inadequada	A apólice pode não cobrir todos os riscos esperados.	Exposição a prejuízos financeiros em caso de sinistro.	Análise minuciosa das coberturas e cláusulas. Especificação detalhada no termo de referência.	Baixo	Alto
Inadimplemento contratual	A seguradora pode deixar de cumprir suas obrigações.	Risco de não indenização em caso de sinistro.	Verificação de idoneidade da empresa e exigência de habilitação regular junto à Susep.	Baixo	Médio
Alteração na frota durante o contrato	Inclusão ou retirada de veículos durante a vigência do contrato.	Necessidade de aditivos e controle constante das	Cláusula de flexibilidade contratual prevendo ajustes sem prejuízo	Médio	Médio

		apólices.	às coberturas.		
--	--	-----------	----------------	--	--

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

Após análise detalhada da necessidade da Prefeitura Municipal de Imbaú de proteger sua frota de veículos, conclui-se que a contratação de seguro veicular é adequada, eficiente e indispensável para o atendimento das demandas públicas. A medida protege o patrimônio público, reduz riscos financeiros, garante a continuidade dos serviços prestados à população e demonstra responsabilidade na gestão dos bens públicos.

A contratação está alinhada ao planejamento orçamentário municipal, com recursos já previstos, e foi elaborada com base em parâmetros técnicos e legais. Os riscos associados foram mapeados e mitigados, e não há impacto ambiental significativo. Trata-se, portanto, de uma solução que combina responsabilidade fiscal, proteção patrimonial e melhoria na gestão da frota pública. Por essa razão, recomenda-se fortemente a formalização da contratação para atendimento das necessidades institucionais das Secretarias envolvidas.

16. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Secretaria Municipal de Agricultura Nome:

Ageu Fernandes de Andrade Cargo: Fiscal de

Obras

Matricula: 9281

e-mail: Agricultura@imbau.pr.gov.br

Ageu Fernandes de Andrade _____

Fiscal de Obras

Matricula 9281

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Nome: Nathalia Ferreira dos Santos Cargo:

Oficial Administrativo I

Matricula: 14781

e-mail: ambiente@imbau.pr.gov.br

Nathalia Ferreira dos Santos
 Oficial Administrativo I Matricula
 14781

1.1 Secretaria Municipal de Governo

Nome: Joelma Assis

Cargo: Diretor Departamento de Governo

Matricula: 144976

e-mail: gabinete@imbau.pr.gov.br

 Documento assinado digitalmente
JOELMA DE ASSIS
Data: 24/06/2025 10:59:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1.2 Joelma Assis

Diretor Departamento de Governo Matricula
144976

Secretaria Municipal de Saúde

Nome: Vanessa Viana Ramos

Cargo: Diretora da Divisão de Enfermagem

Matricula: 13581

e-mail: saude@imbau.pr.gov.br

 Documento assinado digitalmente
Documento assinado digitalmente
VANESSA VIANA RAMOS
Data: 24/06/2025 11:33:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1.3 Vanessa Viana Ramos

Diretora da Divisão de Enfermagem Matricula
13581

1.4 Secretaria Municipal de Assistência Social

Nome: Amanda Souza dos Santos

Cargo: Assessora do diretor do Departamento de Ação Social Matricula:
154062

e-mail: depsocial@imbau.pr.gov.br

1.5 Amanda Souza dos Santos

Assessora do diretor do Departamento de Ação Social Matricula
145062

1.6 Secretaria Municipal de Esportes e Cultura

Nome: Gabriel Teixeira De Lima Cargo:

Assessor de Esporte Matricula: 145002

e-mail: esporte@imbau.pr.gov.br

Gabriel Teixeira De Lima Assessor de Esporte Matricula 145002



PREGÃO ELETRÔNICO nº: 45/2025

ANEXO II

TERMO DE REFERENCIA

Secretaria de Agricultura

Secretaria de Meio Ambiente

Secretaria de Esporte e Cultura

Secretaria de Saúde

Secretaria de Assistência Social

Secretaria de Governo

1. OBJETIVO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação de seguro.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 SECRETARIA DE AGRICULTURA

A presente contratação de apólices de seguro tem por objetivo garantir a proteção patrimonial dos caminhões vinculados à Secretaria Municipal de Agricultura, os quais são essenciais para a execução de atividades voltadas ao escoamento da produção rural, transporte de insumos, equipamentos e demais ações estratégicas de apoio ao setor agrícola do município. Considerando que tais veículos são utilizados frequentemente em áreas rurais e estradas não pavimentadas, onde o risco de sinistros como acidentes, danos a terceiros, furtos e eventos da natureza é elevado, a contratação do seguro se mostra indispensável para mitigar possíveis prejuízos ao erário e assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados.

2.2 SECRETARIA DE SAÚDE

A presente solicitação de contratação de empresa especializada em serviço de seguro veicular visa atender às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, com foco na proteção do patrimônio público, na continuidade dos serviços assistenciais e na segurança dos profissionais que utilizam os veículos oficiais em suas atividades diárias. A Secretaria possui uma frota composta por automóveis, vans, ambulâncias e veículos utilitários empregados no atendimento direto à população, sendo indispensável a adoção de medidas preventivas e de mitigação de riscos que envolvam:

- Deslocamentos frequentes em áreas urbanas e rurais;
- Condições adversas de tráfego e clima;

• Urgência e imprevisibilidade nas atividades da saúde pública. Nesse contexto, a contratação do seguro veicular se justifica como medida estratégica para:

- Assegurar a reposição ou conserto dos veículos em caso de sinistro;
- Reduzir impactos operacionais causados por acidentes ou perdas;
- Evitar prejuízos financeiros diretos à administração pública;
- Garantir a continuidade dos atendimentos e ações de saúde programadas e emergenciais;

- Proteger terceiros e servidores envolvidos nas operações de transporte institucional.

Trata-se de providência alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, governança e legalidade, conforme disposto na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021 e nas diretrizes de modernização e gestão responsável da administração pública.

2.3 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A contratação de seguro veicular para os veículos e ônibus da Secretaria Municipal de Assistência Social justifica-se pela necessidade de proteger o patrimônio público e garantir a continuidade das ações socioassistenciais desenvolvidas pelo órgão. Trata-se de uma medida estratégica que atende tanto a aspectos técnicos quanto administrativos, assegurando maior eficiência na gestão da frota pública.

Do ponto de vista técnico, os veículos da secretaria são utilizados rotineiramente em atividades essenciais, como visitas domiciliares, transporte de usuários em situação de vulnerabilidade, apoio a programas e serviços da proteção social básica e especial, além de participação em capacitações, eventos e atividades externas. Nesse contexto, os riscos de acidentes, furtos, danos a terceiros e eventos da natureza são constantes. A contratação de seguro veicular representa, portanto, uma forma preventiva e eficaz de mitigar esses riscos, garantindo a rápida reposição ou reparo dos veículos em caso de sinistro, sem comprometer o atendimento à população.

Sob a ótica administrativa, o seguro proporciona previsibilidade orçamentária, evitando despesas emergenciais e não planejadas com consertos ou reposições que poderiam comprometer outras ações prioritárias da pasta. Além disso, a medida está alinhada aos princípios da economicidade e da eficiência administrativa, ao assegurar que os bens públicos estejam devidamente protegidos, com cobertura contratual que ampara a administração diante de possíveis incidentes. A contratação também facilita os procedimentos de ressarcimento e responsabilização em caso de acidentes envolvendo terceiros.

2.4 SECRETARIA DE GOVERNO

Ambos os veículos são utilizados rotineiramente em viagens e deslocamentos oficiais da alta gestão do Poder Executivo Municipal, tanto dentro quanto fora dos limites territoriais do

município, abrangendo, com frequência, trechos de rodovias estaduais e federais. Em virtude dessa utilização intensiva e estratégica, os veículos estão expostos a uma série de riscos, como colisões, furtos, danos mecânicos, danos a terceiros, avarias em vidros, entre outros sinistros que podem comprometer a segurança dos ocupantes e a continuidade dos serviços públicos essenciais.

Diante desse cenário, a contratação de apólice de seguro veicular com as seguintes coberturas é medida de caráter preventivo, prudente e necessário:

- Cobertura integral do valor de mercado (100%) em caso de perda total;
- Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) para cobertura de danos materiais e corporais a terceiros;
- Cobertura de Acidentes Pessoais por Passageiro (APP);
- Cobertura para vidros (para-brisas dianteiro, traseiro e laterais), com franquia;
- Serviço de assistência 24 horas, 7 dias por semana, com guincho com quilometragem limitada.

A adoção do seguro veicular proporciona maior segurança patrimonial e institucional, evitando prejuízos financeiros significativos ao erário público e promovendo a proteção da integridade física dos agentes políticos que utilizam os veículos para fins administrativos e representativos.

Ademais, a medida está alinhada aos princípios constitucionais e administrativos da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, precaução e proteção do patrimônio público, fundamentos que norteiam a boa governança e a gestão responsável dos bens públicos.

Diante do exposto, considera-se justificada e indispensável a contratação de seguro veicular anual para os veículos supramencionados, garantindo segurança, responsabilidade e a continuidade dos serviços prestados pelo Poder Executivo Municipal.

2.5 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

A contratação de seguros para os veículos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente é uma medida essencial para garantir a proteção do patrimônio público, a continuidade dos serviços e a segurança dos servidores e da população. Considerando o valor expressivo desses bens e o papel estratégico que desempenham nas atividades da secretaria, é fundamental mitigar riscos financeiros decorrentes de acidentes, furtos, incêndios ou outros eventos inesperados.

Um exemplo prático é o caminhão coletor de resíduos sólidos, utilizado diariamente na coleta de lixo em diversos bairros do município. Caso esse veículo sofra um sinistro e fique inoperante, a interrupção do serviço comprometeria diretamente a saúde pública e a limpeza urbana, gerando impactos imediatos para os moradores e para o meio ambiente. Com a cobertura adequada, é possível garantir a rápida substituição do veículo ou a realização de

reparos, evitando a paralisação da coleta e seus efeitos negativos.

Outro exemplo importante é o ônibus que realiza o transporte dos servidores até a Cooperativa ACAMARI, responsável pela triagem e reaproveitamento de resíduos recicláveis. Este veículo é indispensável para o deslocamento das equipes, sendo uma peça-chave no funcionamento da política municipal de gestão de resíduos sólidos. O seguro não apenas protege o veículo em si, mas também cobre eventuais danos a terceiros e oferece cobertura para acidentes pessoais dos passageiros, assegurando maior tranquilidade e responsabilidade por parte da administração.

Ademais, ao contratar seguros para esses veículos, o município atende ao princípio da economicidade e demonstra responsabilidade com o uso dos recursos públicos, evitando despesas inesperadas e não planejadas que poderiam comprometer outras ações ambientais prioritárias. A apólice de seguro representa um investimento estratégico na preservação de serviços essenciais, na integridade do patrimônio público e na proteção das pessoas envolvidas nas atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

2.6 SECRETARIA DE ESPORTE

A contratação de seguro para a frota da Secretaria de Esporte e Cultura é uma medida indispensável para garantir a proteção dos veículos oficiais, que representam um investimento significativo do erário público e são essenciais para a realização das atividades institucionais. A frota viabiliza o transporte de servidores, materiais, equipamentos esportivos e culturais, além de assegurar o acesso a eventos e projetos que beneficiam a comunidade. Ao contratar o seguro, a Secretaria assegura a proteção patrimonial contra danos decorrentes de acidentes, furtos, roubos, incêndios e outros sinistros, evitando prejuízos financeiros que possam comprometer o orçamento destinado às ações esportivas e culturais. Além disso, o seguro garante a continuidade dos serviços, pois proporciona assistência rápida para reparos ou substituição dos veículos, minimizando interrupções que poderiam afetar a realização das atividades. Também contribui para a mitigação de riscos legais, cobrindo eventuais responsabilidades civis em casos de danos a terceiros, protegendo a Administração Pública de possíveis ônus judiciais. Outro benefício importante é a redução de custos com manutenções emergenciais, uma vez que o seguro oferece serviços de assistência 24 horas, como guincho e socorro mecânico, diminuindo o tempo de inatividade da frota. Por fim, a contratação está alinhada às boas práticas de gestão pública, promovendo transparência, segurança e eficiência no uso dos bens públicos. Assim, a aquisição do seguro é uma estratégia fundamental para garantir a proteção dos veículos, a eficiência operacional da Secretaria e o uso responsável dos recursos públicos, beneficiando diretamente a população por meio da continuidade e qualidade dos serviços esportivos e culturais.



3. MEMÓRIA DE CÁLCULO

3.1 Considerando o Plano de Contratações Anual (PCA) da secretaria municipal de agricultura, bem como as aquisições e utilizações realizadas em anos anteriores, estima-se que serão utilizados/contratados 23 (vinte e três) apólices de seguro, no período máximo de 12 (doze) meses.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

SECRETARIA REQUISITANTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Secretaria de Meio Ambiente	Seguro veicular para M.BENZ/MASC GRANMINI O , placa: ARG-2619, chassi: 9BM6882729B647223, ano/modelo:2009/2009 cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Meio Ambiente	Seguro veicular para VW/13.180 EURO3 WORKER, placa: ANO-5813, chassi: 9BWB172S47R729272, ano/modelo:2007/2007 cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Meio Ambiente	Seguro veicular para M.BENZ/ACCELO 815 , placa: BAJ-3j83, chassi: 9BM979026GS035486, ano/modelo:2015/2016 cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Meio Ambiente	Seguro veicular para VW/11.180 DRC 4X2 placa: BCO-3940 ANO/MODELO: 2018/2019 chassi: 9535V6TB1KR913450 cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Meio Ambiente	Seguro veicular para VW/17.190 CRM 4X2 ROB placa: RHI-4J06 ANO/MODELO: 2021/2022 chassi: 9536E8235NR023550 cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros	UND	1



		e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.		
Secretaria de Saúde	de	Seguro veicular para ambulância Renault/ master flash AM5, placa: TBL 2B49 chassi: 93YF62007SJ930074, ano/modelo:2024/2025 cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Saúde	de	Seguro veicular para micro ônibus ano/modelo; 2024/2025 0KM com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Saúde	de	Seguro veicular para VAN RENAULT/M REVESCAP L3H2 placa: BCU6I96 ANO/MODELO: 2018/2019 chassi: 64204 cor: branca cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Governo	de	Seguro veicular para camionete fiat/toro volcano 2.0, placa: BBJ-9198 chassi: 988226175JKB33501, ano/modelo:2017/2018 cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana/ cobertura para terceiros. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Governo	de	Seguro veicular para ford/Ranger; 2023/2023 Placa: FCV-6G81 chassi: 8AFAR23S1PJ314577 com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana/ cobertura para terceiros. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Agricultura	de	Seguro veicular para Caminhão IVECO tector cabina simples 27-320 diesel 320 cv tração 6x4 branco ANO 2024 MODELO 2025 chassi: 93ZE62RNZS8709998 0KM com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana/	UND	1



		cobertura para terceiros. Apólice válida por um ano.		
Secretaria de Agricultura		Seguro veicular para Caminhão IVECO tector cabina simples 27-320 diesel 320 cv tração 6x4 branco ANO 2024 MODELO 2025 chassi: 93ZE62RNZS8708290 0KM com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana/ cobertura para terceiros. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Agricultura		Seguro veicular para Caminhão ANO 2024 MODELO 2025 chassi: 93ZE62RNZS8708468 0KM com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana/ cobertura para terceiros. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Agricultura		Seguro veicular para Trator Budny 90 CV BDY-9040 2023 COM TOMADA DE FORÇA CABINADO 540/1000 RPM chassi: LLWB75YT25S025022 com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana/ cobertura para terceiros. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Agricultura		Seguro veicular para Trator Budny 90 CV BDY-9040 2023 COM TOMADA DE FORÇA CABINADO 540/1000 RPM chassi: LLWB75YT25S025027 com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana/ cobertura para terceiros. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Agricultura		Seguro veicular para Trator YTO XLY1104 90CV Chassi: 32312722 com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana/ cobertura para terceiros. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Assistência Social		Seguro veicular para AIR-CROSS, placa BAM-6119, CHASSI: 935SUNFN1LB537647 ano 2016. Cobertura completa contra colisão, roubo, furto, incêndio, fenômenos naturais e danos a terceiros. Assistência 24 horas, 7 dias por semana, incluindo serviços de guincho, socorro mecânico, chaveiro, troca de pneus e transporte alternativo. Apólice válida por 12 meses.	UND	1



Secretaria de Assistência Social	Seguro veicular para ONIX, placa SDY-4A52, CHASSI: 9BGEB48H0PG165092 ano 2022. Cobertura completa contra colisão, roubo, furto, incêndio, fenômenos naturais e danos a terceiros. Assistência 24 horas, 7 dias por semana, incluindo serviços de guincho, socorro mecânico, chaveiro, troca de pneus e transporte alternativo. Apólice válida por 12 meses.	UND	1
Secretaria de Assistência Social	Seguro veicular para STRADA, placa BBL-7116, CHASSI: 9BD5781FFHY173385ano 2017. Cobertura completa contra colisão, roubo, furto, incêndio, fenômenos naturais e danos a terceiros. Assistência 24 horas, 7 dias por semana, incluindo serviços de guincho, socorro mecânico, chaveiro, troca de pneus e transporte alternativo. Apólice válida por 12 meses.	UND	1
Secretaria de Assistência Social	Seguro veicular para OROCH, placa GGZ-2D28, CHASSI: 93Y9SR3H5MJ392089 ano 2020. Cobertura completa contra colisão, roubo, furto, incêndio, fenômenos naturais e danos a terceiros. Assistência 24 horas, 7 dias por semana, incluindo serviços de guincho, socorro mecânico, chaveiro, troca de pneus e transporte alternativo. Apólice válida por 12 meses.	UND	1
Secretaria de Assistência Social	Seguro veicular para ONIX, placa SDY-4A57, CHASSI: 9BGEB48H0G184130 ano 2022. Cobertura completa contra colisão, roubo, furto, incêndio, fenômenos naturais e danos a terceiros. Assistência 24 horas, 7 dias por semana, incluindo serviços de guincho, socorro mecânico, chaveiro, troca de pneus e transporte alternativo. Apólice válida por 12 meses.	UND	1
Secretaria de Assistência Social	Seguro veicular para MICRO ÔNIBUS VOLARE, placa BCG-8D63, CHASSI: 93PB54M32KC059946 ano 2018. Cobertura completa contra colisão, roubo, furto, incêndio, fenômenos naturais e danos a terceiros. Assistência 24 horas, 7 dias por semana, incluindo serviços de guincho, socorro mecânico, chaveiro, troca de pneus e transporte alternativo para passageiros. Vigência: 1 ano.	UND	1
Secretaria de Assistência Social	Seguro veicular para MICRO ÔNIBUS ACESS VOLARE, placa BDA-9C79, CHASSI: 93PB90S19JC098042 ano 2018. Cobertura completa contra colisão, roubo, furto, incêndio, fenômenos naturais e danos a terceiros. Assistência 24 horas, 7 dias por semana, incluindo serviços de guincho, socorro mecânico, chaveiro, troca de pneus e transporte alternativo para passageiros. Vigência: 1 ano.	UND	1
Secretaria de Esporte	Seguro veicular para CHEVROLET/CELTA 4P, placa: ASR-7098 chassi: 9BGEZ43F0BG130588, ano/modelo:2010/2011 cor: Branca, cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UND	1
Secretaria de Esporte	Seguro veicular para VOLKSWAGEN/GOL TL 4P, placa BBN-9655 chassi: 9BWAG45U2JPO46480, ano/modelo;	UND	1



Secretaria de Esporte	2017/2018 cor: Branca, com cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.		
	Seguro veicular para VAN RENAULT/MASTER placa: RHU5I95 ANO/MODELO: 2020/2021 chassi: 93YMAFEXCMJ779678 cor: branca cobertura valor de mercado 100% RCF-danos materiais, danos pessoais, APP por passageiro, com cobertura para vidros com franquia (para troca de para-brisas frontais/dianteiros, traseiros e vidros laterais) KM limitado para guincho com assistência 24hrs, 07 dias por semana. Apólice válida por um ano.	UND	1

5. VALOR ESTIMADO

5.1 O valor total estimado para a aquisição é de **R\$ 68.281,46** (sessenta e oito mil, centavos), obtido através de pesquisa de mercado, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2 O valor foi obtido por meio de pesquisa no Banco de Preço, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021

6. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

6.1 3.3.90.39.69.00–Seguros Em Geral

7. PRAZO PARA ENTREGA

7.1 As entregas das apólices, deverão ocorrer de acordo com a programação da Secretaria de Agricultura, a ser encaminhada juntamente com a Nota de Empenho. A quantidade licitada será distribuída parceladamente pelo período de 12 (doze) meses.

7.2 O prazo de entrega é de 15 dias contados após a solicitação da secretaria.

7.3 Em caso que a data de entrega cair em final de semana (sábado, domingo ou feriado) a mesma deverá ser entregue no dia útil posterior, considerando que a Secretaria solicitante funciona de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.

7.4 As apólices poderão ocorrer com 02 (dois) dias de antecedência ou em 02 (dois) dias de atraso, das datas fixadas encaminhadas junto com a Nota de Empenho.

7.5 As entregas deverão ser realizadas em conformidade com o Termo de Referência com frete por conta da contratada.

8. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS OBJETOS

8.1. As apólices deverão ser realizados em um período de 12 (doze) meses, a partir do início do contrato.

8.2. As apólices deverão iniciar no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contado do recebimento da ordem de serviço emitida pelo CONTRATANTE.

8.3. As apólices poderão ser rejeitados, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.4. As apólices serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade dos objetos e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.5. O recebimento das apólices não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5. Efetuar o pagamento de faturas/Notas Fiscais no prazo máximo de **até 30 dias**, à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do serviço, após a data do pedido de pagamento efetuado pela Contratante.

9.2.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada obriga-se a:

10.1.1 Efetuar a entrega do serviço em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Secretaria solicitante, em estrita observância conforme especificações constantes no Edital, proposta e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia/validade, dados

bancários para pagamento e número da respectiva Nota de Empenho

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.2.1 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério do órgão solicitante, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos;

10.1.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 60 (sessenta) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.4 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.5 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10.1.6 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na Minuta de Contrato;

10.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.1.8 Manter informada a Prefeitura Municipal de Imbaú quanto a mudanças de endereço, telefones e e-mail de seu estabelecimento.

10.1.9 O não cumprimento das condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos por parte da mantenedora implicará na sua desclassificação e a imediata convocação dos remanescentes, sem prejuízos das sanções cabíveis.

11. DA GARANTIA

11.1. A garantia dos itens consiste na prestação, pela empresa CONTRATADA, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações, a contar da data de entrega definitiva do objeto, contra qualquer defeito de fabricação que o produto venha a apresentar, incluindo avarias no transporte até o local de entrega, vício de qualidade etc., mesmo depois de ocorrida sua aceitação/aprovação. Não serão aceitas garantia de terceiros.

11.2. Tratando-se de vício oculto, o prazo de garantia dos bens, iniciar-se-á no momento em que ficar evidenciado o defeito, nos termos do §3º, do artigo 26 da Lei nº 8.078/1990.

11.3. A garantia inclui a substituição do material defeituoso no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da comunicação do fato, sem qualquer ônus para o Município,

podendo ser prorrogado mediante solicitação por escrito, devidamente justificada, com antecedência mínima de 04 (quatro) dias corridos.

11.4. O pedido de substituição ou reparo do objeto, durante o período de garantia, poderá ser formalizado por telefone, e-mail ou outro meio hábil de comunicação.

11.5. O término do atendimento ocorrerá no dia de conclusão do reparo e da disponibilidade do objeto em perfeito estado de uso nas instalações da CONTRATANTE.

11.6. A garantia inclui a execução total ou parcial dos serviços no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da comunicação do fato, sem qualquer ônus para o Município.

11.7. A CONTRATADA poderá subcontratar a entrega do produto, após prévia aprovação da CONTRATANTE, não excluindo de qualquer forma parcial ou integral a responsabilidade ou garantia sobre o produto/serviço.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE DA EXECUÇÃO

14.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante ou comissão da Secretaria solicitante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

14.1.1. O recebimento do serviço de valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos



funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1.6.1. Além das sanções previstas na lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:

16.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. Fraudar na execução do contrato;

16.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. Cometer fraude fiscal;

16.1.6. Não manter a proposta.

16.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.3. Multa moratória por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, como segue;

16.3.1. Multa compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato ou de item do contrato, nesse último caso quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item, considerando, para fins de cálculo do valor da multa, somente a parcela do contrato ou do item de contrato inadimplida, por dia de atraso no prazo contratual de entrega, limitado a 10% do mesmo valor, por ocorrência;

16.3.2. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou de item do contrato, nesse último caso quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item, considerando, para fins de cálculo do valor da multa, somente a parcela do contrato ou do item

do contrato inadimplida, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea “a” acima e aplicada em dobro na sua reincidência;

16.3.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou de item do contrato, nesse último caso quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o instrumento de contrato ou em aceitar ou em retirar o instrumento equivalente, ou deixar de apresentar os documentos exigidos para sua celebração, conforme o caso, no prazo e condições estabelecidas.

16.3.4 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.3.5. Impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;

16.3.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.4. Também fica sujeito às penalidades da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

16.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no TCE/PR.

17. FISCAL E GESTÃO DO CONTRATO

Gestor: Jocelino Couto Ribeiro CPF: 026.563.519-52

Fiscal: Rafael Nadal Gomes CPF: 045.650.089-80

Gestor: Hilson Aparecido dos Santos CPF: 943.441.249.87

Fiscal: Gabriel Teixeira de Lima CPF: 10444536990



Gestora: Naigler Cavalcanti Jangada CPF: 116.881.267-40

Fiscal: Leni Bueno Prestes CPF: 036.739.379-44

Gestora: Marcos Paulo de Campos CPF: 037.998.829-10

Fiscal: Marli Terezinha Marcondes Teixeira CPF: 644.882.179-15

Gestora: Silvana Correa Batista Barreto CPF: 001.322.449-26

Fiscal: Adriana de Fátima Chafranski CPF: 049.862.129-40

Gestor: Cláudio de Souza CPF: 792.275.209-68

Fiscal: Floriano Ferreira Pedroso CPF: 021.846.459-23

Imbaú, 15 de Junho de 2025

SECRETARIA DE
AGRICULTURA
SANDRA MARA PEREIRA
CPF: 049.022.399-06

SECRETARIA DE
ASSISTENCIA SOCIAL
AMANDA SOUZA DE SANTOS
CPF: 089.933.769-48

SECRETARIA DE GOVERNO
JOELMA DE ASSIS
CPF: 060.581.279-98

SECRETARIA DE SAÚDE
VANESSA VIANA RAMOS
CPF: 059.568.699-09

SECRETARIA DE ESPORTE E CULTURA
RAISSA DA SILVA PEDROSO
CPF: 107.640.279-80

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
NATHALIA FERREIRA DOS SANTOS
CPF: 066.457.239-11



PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 45/2025

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para o(s) item(ns) da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 02 do Edital.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA

A garantia (quando for o caso) deverá ser da seguinte forma: Para todos os **Lotes** de no mínimo, a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Anexo 02, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 90 (noventa) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 45/2025

ANEXO IV

**TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA
BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL**

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)	
Razão Social:	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante Legal:	RG:
E-mail:	CPF:
Telefone Celular:	
Whatsapp:	
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	Telefone:
E-mail para informativo de edital	
ME/EPP: () SIM () Não	

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema de pregão Eletrônico da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- Tomar conhecimento de, e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- Observar a legislação pertinente, bem como o disposto no Estatuto Social e nas demais normas e regulamentos expedidos pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo III.I
- Pagar as taxas pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.



4. O Licitante autoriza a BLL – Bolsa de Licitações do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

5. O presente Termo é por prazo indeterminado podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios realizado e/ou em andamento. O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil qualquer mudança ocorrida.

Local e data:

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).



PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 45/2025

ANEXO V

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	

O Licitante reconhece que:

- A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil para o necessário bloqueio de acesso;
- O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Local e data:

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)



PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 45/2025

ANEXO VI

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Prezados Senhores:

O Signatário da presente, (especificar o nome), Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____ Representante Legal, em nome da empresa (especificar o nome da empresa) declara sob as penalidades cabíveis:

(1) Que se sujeita e concorda na íntegra e com todos os termos do Edital da Licitação, bem como às estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos ao presente Edital e com todas as condições jurídicas, técnicas, ambientais, administrativas e financeiras estabelecidas no edital supracitado e demais documentos de licitação.

(2) Que assumiremos inteira responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços contratados.

(3) Que não existe no presente momento fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da empresa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e que esta empresa está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(4) Que cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de Setembro de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002;

(5) Que a empresa não foi declarada inidônea por qualquer esfera federativa e nem está suspensa do direito de licitar ou impedida de contratar com o Município de Imbaú/PR, enquanto durarem os efeitos da sanção.

(6) Que assume total responsabilidade pela veracidade de todos os documentos apresentados e informações prestadas e, em qualquer tempo, se compromete a apresentar a documentação, quando a mesma for solicitada pelo Pregoeiro(a) para diligências, e exime o ora Contratante de qualquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar, conforme disposto no Art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

(7) Que, entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis (técnico ou legal) ou componentes do seu quadro funcional, não figura servidor público, funcionário, empregado ou ocupante de cargo comissionado, não se encontram no exercício de cargos ou funções públicas, na Administração Municipal de Imbaú/PR.

(8) Declara cumprir as exigências de reserva de cargos de pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Art. 63, IV da Lei Federal 14.133, de 2021.

(9) Que sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que esta empresa é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência no procedimento licitatório – QUANDO FOR O CASO.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)



PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 45/2025

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE IMBAÚ E (NOME DA
EMPRESA), NOS SEGUINTE TERMOS:**

CONTRATO Nº XX/202X

Ref. Licitação de Pregão Eletrônico nº XX/202X

Por este instrumento de contrato administrativo, que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE IMBAÚ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.770/0001-72, com sede a Rua Francisco Siqueira Kortz nº 471, em Imbaú, Estado do Paraná, neste ato representado pela Ilustre Prefeita Municipal Sra. **DAYANE SOVINSKI**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.981.982-4-SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 036.696.439-90, domiciliada e residente na Rodovia do Café - BR376 (Marginal), Km 383, na Cidade de Imbaú/PR, doravante denominado simplesmente como CONTRATANTE e de outro lado;

CONTRATADO: (NOME DA EMPRESA), com CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede a RUA/AVENIDA XXX, 000, BAIRRO XX, CEP nº XX.XXX-XXX, CIDADE/ESTADO, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). (NOME DO CONTRATADO), Brasileiro(a), casado(a), portador(a) do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX e do RG nº XXXXXX, residente e domiciliado a RUA/AVENIDA XXX, 000, BAIRRO XX, CEP nº XX.XXX-XXX, CIDADE/ESTADO, os quais têm justo e contratado o seguinte e que mutuamente aceitam e outorgam e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II).

1.1. O presente Contrato destina-se a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE XXX. Nos seguintes termos:

Item	Código	Descrição	Unidade de medida	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/Espec.
1	00	XXX	MÊS	X	R\$ 0,0	0,0	XXX
					TOTAL:	0,0	

1.2. Integram este contrato o inteiro teor do Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos: Termo de Referência, Proposta Comercial e Declarações e Minuta de Contrato todos formalizados na Licitação de Pregão Eletrônico nº XX/202X.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura deste instrumento, de 01 de Janeiro de 2024 até 01 de Janeiro de 2025, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII).

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO.

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V).

5.1. O valor total da contratação é de R\$ XX (POR EXTENSO).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI).

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V).

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do presente contrato.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE **(art. 92, X, XI e XIV).**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer

dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
(art. 92, XIV, XVI e XVII).

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;



- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD.

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato

administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

I. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII).

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

11.2. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente até 1% (um por cento) do valor inicial do contrato.

OU

11.3. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente até 1% (um por cento) do valor inicial do contrato.

11.4. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.5. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.6. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.7 deste contrato.

11.7. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- II. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- III. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.9. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.8.11.8, observada a legislação que rege a matéria.

11.10. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

I. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

II. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS **(art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV. Multa:
- V. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida.
- VI. [Art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- VII. O atraso superior a 90 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.](#)
- VIII. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- IX. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 1% a 3% do valor do Contrato.
- X. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 3% do valor do Contrato.
- XI. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 3% do valor do Contrato.
- XII. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 3% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

- I. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL **(art. 92, XIX)**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.



13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

I. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

II. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.II.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.I.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.I.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.I.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII).

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:



07.001.10.122.0008.2.058.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07.001.10.301.0008.2.059.3.3.90.39.00.00. - 303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
08.001.08.122.0002.2.081.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
08.003.08.243.0005.2.032.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
08.004.08.244.0005.2.031.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
10.002.27.122.0009.2.069.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
11.001.04.122.0004.2.027.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
15.001.18.122.0011.2.073.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
17.002.04.122.0002.2.046.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III).

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Telêmaco Borba/PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Imbaú, xx de xxx de xxxx.

DAYANE SOVINSKI
Prefeita Municipal

CONTRATADA



Gestor: NOME DO RESPONSÁVEL.

Testemunhas:

1 – _____

2- _____

DR. GEDEAN ALMEIDA DOMINGUES
OAB/PR 74.596
Assessoria Jurídica da Prefeita